

Programa «Cidadania Ativa» dispõe 5,8 milhões de euros para ONG

O Programa «Cidadania Ativa/EAA Grants», apoiado pela Noruega, pela Islândia e pelo Liechtenstein, após acordo com o governo português, vai conceder 5,8 milhões de euros a organizações não governamentais (ONG), até 2016.

A revelação foi feita na sessão pública de apresentação do Programa Cidadania Ativa/ EAA Grants, pela Fundação Calouste Gulbenkian, realizada dia 17, na sede da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve.

O presidente da CCDR/Algarve, David Santos, elogiou o apoio financeiro internacional às ONG de Portugal (ONG), sublinhando a “elevada importância” destas organizações na prática da cidadania, pois apelam à reflexão e à ação sobre os problemas na nossa sociedade.

O representante da entidade gestora do programa, Nuno Venade, deu então início à apresentação pública do projeto, o qual visa apoiar as ONG para fortalecer a sociedade civil bem como o seu contributo para a justiça social, a democracia e o desenvolvimento sustentável.

O Programa «Cidadania Ativa/ EAA Grants» é apoiado pela Noruega, pela Islândia e pelo Liechtenstein, após acordo com o governo português, num total de 5,8 milhões de euros, os quais serão atribuídos entre 2013 e 2016.

Segundo o responsável da Fundação Calouste Gulbenkian, a primeira fase dos concursos aos apoios abre no dia 29 de abril e prolonga-se até dia 1 de julho, contemplando projetos desde os 10 mil euros até ao máximo de 125 mil euros, os quais poderão ser financiados até 90% das despesas elegíveis e gastas até 30 de Abril de 2016.

As ONG portuguesas poderão aceder ao programa através de concursos anuais, com regras de acesso e critérios de análise rigorosos, cumpridoras dos requisitos pré-exigidos (<http://www.cidadaniaativa.gulbenkian.pt>). Não serão consideradas candidatas as organizações partidárias ou partidos políticos nem organizações religiosas.

Parte do financiamento (20%) será atribuído às parcerias entre as ONG e os poderes públicos no sentido de reforçar a sua participação na conceção e aplicação de políticas públicas a nível nacional, regional e local.

Outra percentagem (40%) será atribuída à “promoção dos valores democráticos, incluindo a defesa dos direitos humanos, dos direitos das minorias e da luta contra as discriminações”.

A restante verba (40%), cerca de 2 milhões de euros, será destinada para o próprio “reforço da eficácia da ação das ONG”.

O programa apoia ainda iniciativas destinadas a aprofundar as relações bilaterais entre ONG portuguesas e entidades dos Estados financiadores e organizações intergovernamentais, bem como ações internacionais tais como seminários, conferências e cursos de formação.

.diariOnline RS

17:49 quarta-feira, 24 abril 2013